

Câmara setorial debate pleitos da lavoura orizícola

A Câmara Setorial Nacional do Arroz debateu, no dia 7 de julho, os pleitos do setor, a fim de igualar os custos de produção aos demais países do Mercosul. Entre as medidas solicitadas estão a possibilidade de adquirir insumos fora do Brasil e a liberação de produtos genéricos. O setor também busca unificar as campanhas de incentivo do consumo de arroz desenvolvidas pelo Instituto Riograndense do Arroz (Irga) e pela Embrapa.

Durante a reunião, Francisco Lineu Schardong, que preside a Câmara Nacional e a Comissão de Arroz da Farsul, apresentou um diagnóstico da oferta e demanda de arroz no Brasil. Para ele, os dados evidenciam a situação vivida recentemente pelos produtores. “Os preços caíram porque tivemos um estoque inicial grande,

que passou de 1,5 mil toneladas para 2,1 mil toneladas”, explicou. O volume estocado reduziu a necessidade de importação. O estudo, conforme Schardong, prova que não há necessidade de o país fazer grandes importações do grão. O Brasil encerrou o ano agrícola com estoque final de pouco mais de 1 milhão de toneladas, abaixo da safra passada. No entanto, o dirigente avalia que este volume é suficiente para garantir o consumo interno por dois meses, em caso de desabastecimento. “Do ponto de vista da segurança, alimentar é importante ter alguma coisa estocada mas, para nós, quanto menor for o volume, melhor.” O dirigente ainda destacou o volume exportado, que chegou a 400 toneladas.

No Rio Grande do Sul, a cadeia produtiva do arroz rei-



Medidas solicitadas têm por objetivo equilibrar o custo da lavoura entre os países do Mercosul

vindica a aplicação da lei nº 12.427/2006, de autoria do deputado Jerônimo Goergen, que normatiza a comercialização, a estocagem e o trânsito de arroz, trigo e derivados para consumo em território gaúcho. A lei já está em vigência, mas

as regras não estão sendo cumpridas. “O preço do arroz no mercado interno sofreu reação e passou de R\$ 16,00 para R\$ 23,00; com isso, começa a ser interessante trazer produto de outros países. A lei inibe a entrada do produto, que é inter-

nacionalizado sem ser submetido a exames fitossanitários e sem pesagem”, disse Schardong. Ele destacou que em outros países do Mercosul são usados agroquímicos proibidos no Brasil. “Temos que ter equivalência das regras”, disse.

Senar-RS apresenta balanço de atividades

O Senar-RS divulgou em junho seu relatório anual de atividades de 2005. Intitulado O Senar Fazendo pelo Rio Grande do Sul, o relatório mostra as principais contribuições da entidade junto a seu público no Estado: os homens, as mulheres, os jovens e as crianças rurais, o empreendedor do campo, seus funcionários e prestadores de serviço. O relatório também demonstra a atenção

do Senar com a educação alfabetizadora e profissionalizante de produtores e trabalhadores rurais, atividades que reforçam o compromisso da instituição com a qualidade de vida e o aprimoramento profissional das pessoas que vivem no campo. “Podemos nos orgulhar, pois obtivemos êxito nas programações de formação profissional rural e promoção social, com criatividade e muito envolvi-

mento, alcançando a marca de 92 mil capacitados”, afirmou o presidente do Conselho Administrativo do Senar-RS, Carlos Sperotto.

O material traz programas e resultados alcançados com a ajuda de parceiros no ano de 2005, além dos investimentos promovidos pela instituição a fim de garantir melhor qualidade de vida às famílias rurais. O relatório apresenta o balanço social,

demonstrando os resultados de responsabilidade da instituição e seus números. Em 2005, o Senar promoveu gratuitamente capacitação profissional a mais de 90 mil pessoas no Estado e criou um programa voltado especificamente para a qualificação na área de turismo rural, que já atinge mais de 50 municípios gaúchos. O relatório é distribuído para empresas, parceiros, imprensa,



autoridades e entidades ligadas ao setor.



Site  RURAL

www.sulrural.com.br